

## PEC PARALELA PODE SER PROMULGADA HOJE

O Congresso Nacional deve se reunir hoje, a partir das 20h. Na ocasião, pode ser promulgada a proposta de emenda à Constituição que restitui a aposentados alguns benefícios retirados pela reforma da Previdência aprovada em 2003. Conhecida como PEC Paralela, a proposta foi aprovada por unanimidade, e em definitivo, pelo Senado, na última quinta-feira, após acordo de lideranças.

Página 3

# Depoimento de Valério é o mais esperado pela CPI dos Correios

Além do publicitário, comissão ouve amanhã a ex-secretária Fernanda Karina. No Plenário, vários senadores comentam as denúncias, e líder do PFL diz que saques no Banco Rural coincidem com votações na Câmara



Acusado pelo deputado Roberto Jefferson de ser o operador do "mensalão", o publicitário Marcos Valério deve depor amanhã, a partir das 9h, na CPI dos Correios. Em seguida, a comissão pretende ouvir Fernanda Karina, ex-secretária dele na agência de publicidade SMP&B, que mantém contrato com os Correios. O líder do PFL, José Agripino, comentou a coincidência das datas de saques vultosos nas contas das agências SMP&B e DNA com votações importantes na Câmara.

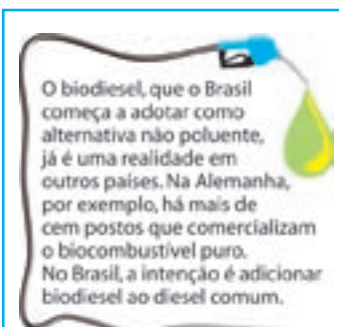
**AGENDA** Presidida por Delcídio (E), a CPI dos Correios deve ouvir hoje o depoimento de quatro envolvidos na gravação do flagrante de corrupção na estatal

Páginas 4 a 6

## Comissão de Orçamento deve votar hoje a LDO

O PSDB aceita votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, segundo informou o líder do partido na Câmara, Alberto Goldman. A posição do PSDB pode viabilizar o exame da proposta pela Comissão Mista de Orçamento, que se reúne hoje à tarde. Goldman explicou que seu partido obstruía a deliberação sobre a LDO para forçar a continuidade das atividades do Congresso, cujo recesso depende dessa votação. Mas, agora, segundo ele, os governistas já admitem que a CPI dos Correios funcione no recesso.

Página 3



Biodiesel deve beneficiar lavradores, diz Alberto Silva

Página 8

## Suassuna quer o Brasil preparado para pandemia

Enquanto as autoridades sanitárias em várias partes do mundo se preparam para enfrentar uma pandemia de gripe de proporções colossais e efeitos devastadores, o Brasil ainda não tomou providências nesse sentido. A advertência foi feita pelo senador Ney Suassuna, ao citar a decisão do Canadá e de vários países europeus de manter estoques de vacinas. Sem prevenção, segundo ele, há riscos de a gripe do frango contaminar milhões de pessoas, como a gripe espanhola, que causou 40 milhões de mortes em 1918.

Página 6



**ESCLARECIMENTO** Papaléo Paes afirma que prevenir a obesidade significa esclarecer a população

## Papaléo defende informações em rótulo de alimento

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) apresentou projeto de lei que exige a prestação de informações, na propaganda de alimentos e bebidas, sobre o valor energético dos produtos. Pelo projeto (PLS 121/05), a apresentação de tais informações deve ser feita de forma ostensiva nos textos e matérias de propaganda, qualquer que seja o veículo utilizado para divulgação.

Na justificativa da proposta, Papaléo argumenta que estimativas recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) apresentam um quadro preocupante em relação ao excesso de peso na população mundial: mais de 1 bilhão de adultos apresentam sobrepeso, dos quais 300 milhões são obesos.

Segundo o senador, o caminho para prevenir a obesidade e modificar o desequilíbrio na dieta dos brasileiros é seguir as orientações aprovadas pelo governo federal na Assembleia Mundial de Saúde de 2004: informar à população sobre a importância de uma alimentação equilibrada e implementar políticas públicas que permitam a adoção de uma dieta saudável.

O projeto tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

# Omissão de laboratório em caso de pornografia infantil pode virar crime

**Projeto de Sérgio Zambiasi prevê punição para funcionário que não comunicar fotos de sexo às autoridades**

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) apresentou projeto de lei para criminalizar a omissão de funcionários de laboratórios fotográficos que tomem conhecimento de fotos pornográficas envolvendo crianças e adolescentes. O PLS 213/05 acrescenta artigo ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) para punir, com



**DESVELO** Zambiasi diz que o objetivo é aperfeiçoar legislação que protege crianças e adolescentes

pena de detenção de seis meses a dois anos, "o responsável ou funcionário de laboratório fotográfico que deixar de comu-

nicar, sem justa causa, à autoridade competente a revelação de fotografia ou imagem com pornografia ou cena de sexo explícito envolvendo criança e adolescente".

Zambiasi lembra, na justificativa de seu projeto, que o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Já o artigo 241, também mencionado pelo senador, pune com pena de reclusão de até quatro anos os responsáveis por fotografar ou

publicar cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança e adolescente.

O PLS 213, segundo Zambiasi, aperfeiçoará a proteção à criança e ao adolescente.

– O projeto cria um dever de agir cuja inobservância implica responsabilidade criminal do funcionário de laboratório fotográfico – explica Zambiasi.

A proposta está sendo analisada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Se aprovada, segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

## Agenda

### Plenário vota emendas constitucionais

A sessão do Plenário está prevista para as 14h. Na pauta, propostas de emendas constitucionais, como a que concede o benefício da licença-maternidade às mulheres que adotarem filhos (PEC 31/00), além

da PEC 29/02, que amplia a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

### CPI ouve quatro envolvidos

A CPI mista dos Correios reúne-se a partir das 9h, num dia em que estão previstos os depoimentos de quatro pessoas suspeitas de participarem da gravação que originou as denúncias de corrupção. Serão ouvidos Jairo Martins, José Fortuna Neves, Edgar Lange e Kasser Bittar.



### Sessão conjunta

Às 20h, haverá sessão conjunta do Senado e da Câmara para a leitura de requerimento que cria as CPIs Mistas do Mensalão e do Instituto de Resseguros do Brasil. Além disso, os congressistas podem votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

### CMO discute Orçamento

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) pode concluir o processo de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006 em reunião às 15h30. Constam ainda na pauta avisos do Tribunal de Contas da União sobre obras com irregularidades.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



## Projeto exige teste de aptidão para portar arma

Projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) exige que autoridades públicas comprovem capacidade técnica e aptidão psicológica para o porte de arma de fogo. O projeto (PLS 212/05) tramita na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e será relatado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP).

Segundo o autor, o simples fato de uma pessoa exercer determinada função pública não significa necessariamente que ela preencha os requisitos mínimos para portar arma de fogo.

– A autorização para o porte de arma de fogo não pode ser automática, sob pena de colocar em risco a segurança dos cidadãos – observa.

O projeto adiciona o parágrafo 7º ao artigo 6º da Lei 10.826/03, que dispõe sobre registro, posse e venda de armas de fogo e munição.

Após votada pela CRE, a proposta será enviada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 3311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 3311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Antônio Leite propõe entidades do setor de saúde

O senador Antônio Leite (PMDB-MA) defendeu ontem a aprovação do projeto de lei do Senado que cria o Serviço Social da Saúde (Sess) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde (Senass).

– Um setor importante como o de saúde precisa ter suas necessidades de formação profissional e lazer educativo atendidas por entidades originárias de sua base patronal e profissional – disse.

As duas entidades mencionadas no projeto (PLS 131/01), de autoria do ex-senador Geraldo Althoff, teriam como finalidade atender aos trabalhadores dos vários serviços envolvidos com o setor de saúde, fornecendo educação profissional específica, atendimento médico e lazer, nos moldes do Serviço



**AMPARO** Antônio Leite defende formação profissional e lazer para os profissionais do ramo de saúde

Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac), que, atualmente, atendem a esses profissionais. Para Antônio Leite, “saúde não é comércio”, o que justifica a existência de entidades específicas.

O setor de saúde, segundo o senador, gera 7 milhões de empregos diretos e indiretos, em atividades como medicina, enfermagem, farmácia, saúde bucal e segurança do trabalho.

## Garibaldi defende criação de universidade

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu ontem urgência na tramitação do projeto que transforma a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (Esam), no Rio Grande do Norte, em universidade. De acordo com o senador, a proposta já foi aprovada em quatro comissões na Câmara dos Deputados, estando pronta para entrar em Plenário – depois disso será enviada ao Senado.

Garibaldi informou que participou na última sexta-feira de uma solenidade na escola e levou sua palavra de confiança de que o Senado aprovará a matéria. O senador frisou que, hoje, 30 universidades estão sendo



**ASCENSÃO** Garibaldi solicita a transformação em universidade da Escola de Agricultura de Mossoró

criadas pelo governo federal, dentre elas as do Recôncavo da Bahia, do Triângulo Mineiro e a de Mossoró. O parlamentar explicou seu empenho na defesa da universidade para Mossoró afirmando que o país depende do trabalho dos engenheiros agrônomos “para encontrar a estrada real do desenvolvimento agropecuário”.

## Mozarildo pede unidade de ensino

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) defendeu ontem a implantação de uma Unidade de Ensino Descentralizada (Uned) em Roraima. A Uned funciona vinculada a um Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). O senador encaminhou essa solicitação ao ministro da Educação, Tarso Genro.

Mozarildo sugeriu que a unidade seja instalada no município de Caracaraí – mais especificamente, na localidade de Novo Paraíso –, “devido a sua proximidade estratégica com diversos outros municípios da região sul do estado, como Cantá, São Luiz,

São João de Baliza, Caróbe, Rorainópolis, entre outros”.

– Trata-se de uma região que possui grande vocação para a agropecuária, a agroindústria e o agronegócio – frisou.

Mozarildo disse que o Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, entregue ao presidente da República em 24 de junho, “prevê a criação de escolas técnicas, agrotécnicas e a implantação de novas Unidades de Ensino Descentralizadas”. Mas ele ressaltou que o plano “não faz nenhuma referência à criação de escola ou de Uned em Roraima”.

# PSDB já aceita votar LDO. PFL quer CPIs no recesso

**Oposição condiciona aprovação de diretrizes do Orçamento de 2006 à continuidade das investigações em julho**

O PSDB já aceita votar o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006, informou ontem o líder do partido na Câmara, deputado Alberto Goldman (SP). Até então, o PSDB vinha obstruindo a votação porque queria que a CPI dos Correios funcionasse durante o recesso. Pela legislação, o Congresso só pode começar o recesso de julho depois da votação da LDO.

Goldman disse que os governistas já concordam com o funcionamento da CPI dos Correios no recesso. Explicou que seu partido pressionava com a votação da LDO por temer uma manobra de esvaziamento das investigações da comissão de inquérito. No entanto, ponderou que ainda vai negociar essa posição com os líderes do PFL,



**PLEITO** Mestrinho convocou reunião que pode votar hoje a LDO na Comissão Mista de Orçamento

partido que também compõe o bloco oposicionista.

A princípio, o PFL não pretende obstruir a votação da LDO na Comissão Mista de Orçamento (CMO), conforme o líder do partido na Câmara, deputado Rodrigo Maia (RJ). Mas tanto Goldman quanto Rodrigo Maia garantem que continuarão obstruindo os trabalhos no Plenário da Câmara, evitando a leitura do requerimento que cria a CPI para investigar a compra de votos no governo Fernando

Henrique Cardoso.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), já convocou reunião para a tarde de hoje destinada à votação de vários itens, entre eles o projeto da LDO. Também está convocada uma reunião do Congresso para o início da noite, quando deverá ser lido o requerimento que cria a CPI de senadores e deputados para investigar as denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de pagamento de propina a deputados (CPI do Mensalão).

Caso o projeto da LDO seja votado na CMO, ele poderá entrar em votação no Congresso amanhã, liberando os congressistas para o recesso de julho. Assim, só a CPI dos Correios funcionaria durante o recesso – a comissão, inclusive, já tem depoimentos marcados para a próxima semana. Mas o PFL quer que também trabalhe no recesso a CPI do Mensalão, caso ela seja criada na sessão de hoje do Congresso.

## PEC Paralela pode ser promulgada hoje no Congresso

O Congresso Nacional deve se reunir hoje a partir das 20h. Na ocasião, pode ser promulgada a Proposta de Emenda à Constituição 77-A/03, que restitui alguns benefícios dos aposentados do serviço público retirados pela reforma da Previdência promovida em 2003.

A proposta (conhecida como PEC Paralela) foi aprovada em dois turnos na última quinta-feira pelo Senado, após acordo de lideranças que retirou dela itens polêmicos – como o uso de subtetos para diversas categorias –, que retornarão à Câmara dos Deputados. Entre as inovações que permaneceram no texto, estão a paridade para os que se aposentarem segundo as regras da reforma previdenciária de 2003 e um novo tipo de transição para quem ingressou bem jovem no serviço público.

O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que a PEC foi aprovada por unanimidade. Isso só ocorreu, a seu ver, por causa da disposição dos líderes de buscar um entendimento sobre o tema.

## Maguito apela por votação da reforma política

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) defendeu ontem a reforma política, chamando-a de “mãe de todas as reformas”. Ele pediu que os deputados federais agilizem a análise e a votação das matérias sobre o tema.

– Enquanto não fizermos a reforma política, continuaremos convivendo com escândalos e mais escândalos – opinou o senador.

Maguito pleiteou em especial o fim da reeleição, chamando-a de “câncer”. Para o senador, os governantes tendem a assumir seus mandatos já pensando em se reeleger, de forma que deixam as obras para ser feitas nos anos eleitorais. Ele afirmou preferir alongar os mandatos do Poder Executivo, para cinco anos, em vez de manter a reeleição.

O financiamento privado de campanhas eleitorais, com doações de empresas e pessoas físicas, também foi criticado pelo senador. De acordo com Maguito, “ninguém financia



**REMÉDIO** Maguito Vilela propõe reforma para acabar com os escândalos de corrupção

campanhas sem pensar no retorno”. Para o senador, com a instituição do financiamento público de campanha, os cargos eletivos ficarão mais acessíveis às pessoas pobres e será combatida uma das principais fontes de corrupção.

A fidelidade partidária também foi apoiada pelo senador. Maguito Vilela argumentou que, salvo raras exceções, “ninguém troca de partido se não for para ganhar vantagem”. Ele defendeu a perda de mandato para o político que mudar de partido.



Ideli Salvatti se diz orgulhosa de pertencer ao PT, enquanto José Agripino divulga informações de que os saques nas contas de Marcos Valério ocorreram por ocasião de votações importantes na Câmara, e Mozarildo defende projeto contra a corrupção

## Agripino: saques de Valério coincidem com votações

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), apresentou ontem dados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), reunidos por jornalistas da agência Reuters e da Central Brasileira de Notícias (CBN), que mostram a realização de saques vultosos nas contas da DNA e da SMP&B Propaganda, empresas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, em períodos coincidentes com recentes votações importantes na Câmara dos Deputados.

Agripino citou três exemplos. Segundo ele, nos dias que antecederam e sucederam a votação do salário mínimo (que o governo conseguiu baixar de R\$ 275 para R\$ 260), em junho de 2004, foram sacados das empresas de Valério R\$ 700 mil. Dois dias antes da votação da medida provisória que concedeu ao presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, *status* de ministro, em dezembro de 2004, o Coaf registrou saque de R\$ 480 mil. Já na semana em que foi votada a reforma



Fotos: J. Freitas

**ROTEIRO** Segundo Agripino, informações de jornalistas servem como "mapa da mina"

tributária, os saques, de acordo com Agripino, somaram R\$ 1.212 mil.

O senador disse acreditar que esses dados devem servir à CPI dos Correios como uma espécie de "mapa da mina". Marcos Valério, que detém a conta de publicidade dessa empresa estatal, é apontado pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) como operador do "mensalão".

– Essa CPI tem que produzir resultados. O que a sociedade brasileira não vai aceitar é a

impunidade. Só o que eles precisam fazer é juntar as peças. Todos os indícios são de que há "mensalão" aí.

### Empréstimo ao PT

Agripino comentou reportagem da revista *Veja*, segundo a qual Marcos Valério negociou e avalizou, em 2003, um empréstimo de R\$ 2,4 milhões para o PT junto ao BMG, com a aprovação do presidente do partido, José Genoino. O publicitário teria, segundo a revista, bancado uma parcela de R\$ 350 mil.

– Genoino disse que não tinha aprovado empréstimo nenhum. Depois, voltou atrás. Ou ele é um alienado completo, ou é um caloteiro. O brasileiro tem todo o direito de não acreditar em nada do que ele tenha dito ou venha a dizer.

Agripino afirmou considerar fundamental que a CPI dos Correios ouça, o quanto antes, personagens como o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e o secretário-geral, Sílvio Pereira. Disse ainda que o presidente Lula deve desculpas à nação.



**FOCO** Mozarildo Cavalcanti propõe que a CPI dos Correios investigue também o caso do "mensalão"

### Mozarildo pede que o país seja passado a limpo

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) afirmou que o Congresso deve fazer uma verdadeira Operação Mãos Limpas, com a colaboração de todos os setores da sociedade, visando preservar a democracia. A seu ver, é necessário que se altere a legislação, se dê celeridade às investigações e se desmanchem as verdadeiras quadrilhas que estão atuando em todos os Poderes.

Mozarildo pediu ao Plenário que aprove o projeto de lei de sua autoria, inspirado em projeto anterior do sena-

dor Pedro Simon (PMDB-RS), determinando que todos os parlamentares, ao assumir seus mandatos, tenham seus sigilos bancários quebrados, assim como as empresas que recebem dinheiro público, incluídos seus dirigentes. Ele defende ainda a quebra do sigilo bancário de todas as pessoas que tenham cargos na administração pública.

O senador observou que a proposta já tem apoio dos líderes para tramitar em regime de urgência.

### CPI dos Correios

Mozarildo defendeu a ampliação dos objetivos da CPI dos Correios para que seja investigada, também, a questão do "mensalão". Segundo argumenta, a cada dia se apresenta um fato novo, relacionado a diversos tipos de corrupção.

O senador citou entrevista do ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), à revista *IstoÉ*, em que esse alerta para o perigo de ações da Polícia Federal que considera "espalhafatosas" e para a utilização ilegal de grampo telefônico. Ressaltando admirar o trabalho da Polícia Federal, em especial na Amazônia, o senador afirmou concordar com a opinião do ministro.

## Ideli solidariza-se com José Genoino

Reafirmando-se orgulhosa de pertencer ao PT, Ideli Salvatti (SC) defendeu ontem os compromissos éticos do partido e do presidente nacional da legenda, José Genoino. A senadora disse ter orgulho de tudo que o PT construiu em 25 anos de existência. Ela reafirmou o desejo da "nação petista" em defender uma investigação "ampla, geral e irrestrita" das denúncias de corrupção e de todos os envolvidos.

– Deixo meu testemunho e solidariedade irrestrita a Genoino, sua história, sua competência. Ele nos conduziu de forma lícita, plena, clara e dentro das regras que o PT sempre defendeu. Queremos investigar tudo e todos, ontem e hoje. A corrupção no país é muito antiga, os esquemas estão montados, entranhados na máquina pública – observou.

A senadora fez referência à reunião da Executiva Nacio-



**ELOGIO** Para Ideli, Genoino agiu "de forma lícita e dentro das regras que o PT sempre defendeu"

nal do PT, que acontece hoje, e disse esperar que o partido adote as melhores decisões para apoiar as investigações necessárias. Para Ideli, o governo petista tem duas tarefas principais: investigar e punir os corruptos e corruptores que atuam na máquina pública e continuar com a agenda de crescimento do país. Ideli frisou que o governo do PT deve investigar e punir a corrupção,

mas não pode deixar o país entrar em recessão novamente.

Na avaliação da senadora, a estabilidade econômica do governo Lula não permite que a atual crise política afete a economia brasileira. Ela informou que, em junho, o Brasil bateu mais um recorde e exportou mais de US\$ 10 bilhões, com um superávit comercial (exportação menos importação) também recordista, com um saldo positivo de US\$ 4 bilhões no mês. Para Ideli, os bons resultados são conseqüências da "mudança profunda" implantada pelo governo petista.

A senadora entregou requerimento à Mesa do Senado pedindo voto de pesar e condolências à família do professor e sociólogo Jacó Anderle, secretário de Educação de Santa Catarina, falecido no sábado. Apoiaram Ideli a senadora Fátima Cleide (PT-RO) e o senador Paulo Paim (PT-RS).

## Projeto quebra sigilo de autoridades e servidores

O projeto de lei de autoria de Mozarildo Cavalcanti condiciona a posse e o exercício do agente público à apresentação de bens e valores de seu patrimônio privado e à prévia autorização de quebra de seu sigilo bancário. Essas informações poderão ser disponibilizadas à Receita Federal, às autoridades judiciais e às comissões parlamentares de inquérito para investigações.

Da mesma forma, o projeto (PLS 232/05) estabelece que entidades sem fins lucrativos e seus dirigentes que receberem recursos públicos também terão de autorizar a quebra de seus sigilos bancários como condição para a realização de convênios, contratos ou parcerias. O mesmo vale para empresas fornecedoras e prestadoras de serviços a quaisquer órgãos da União. O projeto tem pedi-

do de urgência, assinado por todos os líderes partidários.

Na justificativa do projeto, Mozarildo argumenta que casos de corrupção envolvendo servidores públicos, autoridades e políticos têm se tornado prática recorrente, que deve ser coibida em todas as esferas de poder. Dessa forma, a pré-disponibilização do sigilo bancário no momento da posse ou entrada em exercício de servidor público ou autoridade servirá para inibir "possíveis futuros desvios de conduta". Segundo o senador, a Receita Federal, ao cruzar as informações declaradas no Imposto de Renda com o montante da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), poderá solicitar a quebra de sigilo bancário para as averiguações que se fizerem necessárias.



Principal atividade da comissão esta semana será depoimento de publicitário acusado de operar esquema do "mensalão". Hoje, deverão depor outros envolvidos na gravação que flagrou recebimento de propina por chefe de departamento dos Correios

## CPI ouve amanhã Valério e ex-secretária

A tomada de depoimento do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, acusada pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) de ser o operador do "mensalão", será a principal atividade da CPI dos Correios esta semana. Valério, responsável pela publicidade do Correios e de outras estatais, será ouvido amanhã, a partir das 9h. Na segunda parte da reunião, a comissão ouvirá a ex-secretária dele, Fernanda Karina Somaggio.

Hoje, prestarão depoimentos outros envolvidos na gravação em que o então chefe do de-

partamento de Contratação e Administração de Materiais dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo propina de R\$ 3 mil. São eles: Jairo Martins, Edgar Lange, José Fortuna e Kasser Bittar.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse acreditar que a CPI perde seu tempo ouvindo esses últimos personagens.

– O momento não é de investigar "arapongas". A Polícia Federal já está fazendo isso. Devemos investigar a corrupção para valer. Delúbio Soares e Sílvio Pereira, por exemplo, deveriam comparecer na se-

mana que vem – disse ele, referindo-se ao tesoureiro e ao secretário-geral do PT.

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) concorda. "O governo tem que chegar à conclusão de que não adianta procrastinar, porque os fatos estão na rua", declarou.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) prevê uma semana "turbulenta", com intensos debates com a oposição. Ela reafirmou a necessidade de se evitar que a CPI se deixe guiar pelas denúncias da imprensa e sustentou que a agenda da semana não deve ser modificada.



**ATUAÇÃO** Trabalhos da CPI dos Correios, que investiga denúncias de corrupção, prosseguirão este mês com a tomada de vários depoimentos

## Heráclito recomenda a Lula "limpeza geral" no governo

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou ontem que, diante dos últimos acontecimentos, o presidente Lula não tem outra alternativa senão aproveitar o momento para fazer uma "limpeza geral onde houver o menor indício de que as coisas não vão bem".

Segundo o senador, o semblante grave que o presidente tem apresentado poderia ser interpretado como desapontamento. A seu ver, isso levaria a pensar que o deputado Roberto Jefferson tem razão ao dizer que Lula foi apunhalado pelas costas, no que se refere ao envolvimento de membros do PT

com o "mensalão".

Heráclito salientou que muitos se queixam de que teria sido criada uma barreira em torno de Lula, impedindo que se tenha acesso a ele.

– Normalmente, o governante se protege, evitando os incômodos, e aceita essa barreira invisível. Lula está colocando sua trajetória em risco por causa da companhia de maus amigos – observou.

O senador disse ter visto com tristeza o desmentido do presidente do PT, José Genoíno, e, depois, seu pedido de desculpas, ao admitir a existência de um empréstimo ao partido,



**CURRÍCULO** Segundo Heráclito, más companhias estão colocando em risco a trajetória do presidente

com o aval do publicitário Marcos Valério. Para alguns, pode representar desconfiança, mas foi sincera sua surpresa ao dizer que não sabia do aval do publicitário, assinalou o senador.

– Convivi com Genoíno na Câmara e não o vejo como desonesto – afirmou.

## Borges propõe acareação entre membros do PT

César Borges (PFL-BA) afirmou que o povo brasileiro está "perplexo, confuso e abatido", porque acreditou em um governo que pretendia mudar as práticas políticas e hoje se encontra desacreditado pelas denúncias de corrupção.

O senador disse ter observado no governo uma "nítida vontade" de cerceamento do trabalho da imprensa livre, o que teria ocorrido quando tentou impor o Conselho Federal de Jornalismo. Ele avalia



**CRÍTICA** César Borges aponta lentidão na apuração de denúncias pelo Congresso

que, se o conselho tivesse sido criado, o governo poderia ter abafado a atual situação.

César Borges citou como exemplo de cerceamento o caso do jornalista Boris Casoy, que, informou, teria sido pres-

sionado pelo PT a sair da Rede Record. A TV, segundo o senador, teria recebido ameaças de retirada de publicidade.

– Nós, da CPI e da comissão de sindicância da Câmara, estamos andando a reboque da imprensa, numa lentidão que não se pode aceitar. Temos de convocar de imediato Delúbio Soares, Sílvio Pereira e José Dirceu e, se for necessário, fazer uma acareação.

Em aparte, José Agripino (PFL-RN) comentou que notícias de envolvimento do PMDB no "mensalão" demonstram que se está lidando com a maioria da Câmara dos Deputados, o que pode dificultar as investigações.

## Alvaro quer o Legislativo acompanhando processos

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem a apresentação de projeto de lei de sua autoria que dá poderes aos servidores de carreira da Advocacia das Casas do Congresso Nacional para acompanhar a tramitação e intervir nos processos oriundos de comissões parlamentares de inquérito (CPIs). O parlamentar lembrou que, após a conclusão dos trabalhos das CPIs, há o desligamento completo, pelo Congresso, das ações que passam a tramitar no Poder Judiciário.

– Com esse projeto nós pretendemos ampliar a ação do Legislativo na tarefa de responsabilizar civil e criminalmente eventuais envolvidos em delitos praticados. Nosso objetivo é a agilização dos procedimentos judiciais com a presença eficiente desses advogados.

Alvaro considera que os parlamentares assumirão mais responsabilidades se o projeto for aprovado, pois advogados constituídos pelo Congresso irão acompanhar a tramitação das ações oriundas das CPIs a partir do Ministério Público até o Poder Judiciário. Ele sugere que os membros da Advocacia do Poder Legislativo possam intervir nesses processos como parte.

– O Poder Legislativo, dessa maneira, estaria colaborando para oferecer resposta compe-



**EFICÁCIA** Projeto de Alvaro Dias tem o objetivo de agilizar ações resultantes da apuração de CPIs

tente à sociedade, responsabilizando, civil e criminalmente, aqueles que desonram seus mandatos eletivos com o percurso feito pelos descaminhos da corrupção – avaliou o senador.

Alvaro observou que, muitas vezes, o Congresso cumpre seu papel ao apurar denúncias nas CPIs e encaminhá-las ao Ministério Público. No entanto, argumentou, o Legislativo não pode ser responsabilizado pela não ocorrência de prisões e condenações. O senador ressaltou que a Lei 10.001 confere prioridade especial às ações das CPIs que implicarem a necessidade de atuação do Ministério Público, assim como obriga que as autoridades responsáveis por conduzir os processos comuniquem seu trâmite semestralmente à Casa Legislativa que realizou a CPI.



Nota do PSDB desmente acordo com o PT para evitar investigações. Denúncias de compra de votos poderão ser apuradas por deputados

## Câmara pode apurar "mensalão"

Com a retirada de urgência, pelo governo, de dois projetos de lei que estavam obstruindo a pauta da Câmara dos Deputados, só faltará examinar uma medida provisória (MP 250/05) para que seja retomada a votação do Projeto de Resolução 248/05, que cria a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Compra de Votos.

A CPI da Câmara foi proposta pelo líder do PL, deputado Sandro Mabel (GO). De acordo com o requerimento apresentado para sua instalação, a comissão deve investigar "a veracidade

ou não das recentes denúncias de compra de votos no âmbito da Câmara dos Deputados – o chamado 'mensalão', envolvendo parlamentares do Partido Liberal e do Partido Progressista, extensivas às acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição nº 01, de 1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos".

Esse último item foi inserido pelos partidos governistas como forma de salientar a alegada troca de favores que teria ocorrido para que se aprovasse

a emenda da reeleição em 1997, durante o primeiro mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Tanto o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti (PP-PE), quanto os líderes do governo têm insistido na tese segundo a qual denúncias de corrupção na Casa somente podem ser investigadas por deputados. Daí a insistência pela criação da CPI da Compra de Votos, que poderá ter uma similar, a CPI Mista do Mensalão, caso o requerimento de sua criação seja lido na reunião de hoje do Congresso.

## PSDB nega acordo contra investigações nos Correios

O PSDB publicou nota oficial, ontem, negando que teria feito acordo com o PT para evitar investigações da comissão parlamentar mista de inquérito que apura denúncias de corrupção nos Correios.

O suposto acordo foi objeto de matéria publicada pela revista *Veja* no último fim de semana, segundo a qual o PSDB teria interesse em evitar as investigações da CPI, em virtude de declarações feitas pelo publicitário Marcos Valério à Polícia Federal. Em seu depoimento, o empresário teria reve-

lado que, além do PT, mantinha relacionamento com políticos de diversos outros partidos, entre eles vários tucanos.

De acordo com a nota do PSDB, deputados e senadores do partido continuarão empenhados "na busca do esclarecimento cabal das denúncias para a punição dos que, ao final, vierem a ser comprovadamente responsabilizados por atos de corrupção".

O documento, assinado pelo presidente do partido, senador Eduardo Azeredo (MG), e pelo secretário-geral, deputado

Célio Azeredo



**POSTURA** Eduardo Azeredo assina nota segundo a qual o partido "faz oposição vigilante e firme"

Bismark Maia, destaca que o PSDB "faz oposição vigilante e firme, sem concessões, ao governo federal, acompanhada sempre de atitudes consequentes e responsáveis que consideram a preservação da governabilidade".

## ACM diz que "Delúbio é gângster"

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou ontem ter sido atacado, juntamente com o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares. O dirigente petista teria declarado que os senadores estariam pregando um golpe e que seriam alguns dos causadores da miséria do país. Antonio Carlos afirmou que Delúbio Soares "é um gângster que irá cair na CPI".

– Causador da miséria do Brasil é o ladrão que é tesoureiro do PT, que vai ser expulso do partido, por conta da força da opinião pública, que está pedindo providências contra



**ADVERTÊNCIA** Antonio Carlos afirma que peemedebistas vão se arrepender de integrar o governo

a direção da legenda.

O senador disse que não pretende atrapalhar o governo, mas manter sua posição inflexível contra os fatos denunciados nos últimos meses. Referindo-se à postura do presidente do PT, José Genoíno, de não assumir inicialmente a existência de um empréstimo ao partido, avalizado pelo publicitário Marcos Valério, destacou que o dirigente petista

não pode ter a credibilidade dos políticos, "pois lhe falta até mesmo a palavra para confessar seus erros".

Antonio Carlos afirmou também não aceitar que os defensores do governo sustentem que o presidente da República não sabia das denúncias, pois, segundo lembrou, o presidente foi avisado, mas só tomou providências quando o deputado Roberto Jefferson revelou que iria divulgar tudo para a imprensa. Na avaliação do senador, talvez o presidente não soubesse de toda a extensão dos fatos que estão sendo denunciados.

Antonio Carlos manifestou ainda sua opinião no sentido de que os integrantes do PMDB que estão indicando políticos para assumir ministérios irão se arrepender.

# Suassuna teme pandemia de gripe no país

■ Senador adverte para a letalidade do vírus, que tem se manifestado no sudeste asiático



**PREVENÇÃO** Suassuna lembra que outros países já adotaram medidas para enfrentar a gripe aviária

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) advertiu ontem que o Brasil está despreparado para enfrentar os riscos do desembarque no país do vírus da *influenza* aviária, a chamada gripe do frango. A gripe tem se manifestado em países do sudeste asiático e, conforme alerta feita pelo parlamentar, pode se expandir rapidamente por todo o mundo nesses tempos de globalização.

– Se não tivermos estoques de vacina – e apenas uma empresa no mundo fabrica essa vacina – vamos ter problemas sérios e, talvez, uma nova gripe espanhola, em que morreram milhões e milhões de pessoas.

Suassuna citou reportagem da revista *Veja* desta semana para chamar a atenção para a

letalidade do vírus, o H5N1. De cada dez pessoas infectadas, apenas quatro sobreviveriam. A Organização Mundial da Saúde (OMS) teria registrado 49 óbitos entre as 79 pessoas infectadas somente no Camboja, na Tailândia e no Vietnã.

O senador registrou que autoridades sanitárias de outros países já adotaram medidas para um possível enfrentamento da pandemia da gripe aviária e lamentou que o Brasil não tenha seguido o exemplo.

## Tião Viana explica contrato de publicidade do governo do Acre

O senador Tião Viana (PT-AC) leu, em Plenário, a íntegra de nota de esclarecimento divulgada pelo governo acreano sobre a matéria "Acre reajusta contrato em 585%", publicada ontem na *Folha de S. Paulo*. Na reportagem, os jornalistas Fernando Rodrigues e Fernando Canzian levantam suspeitas acerca do contrato de publicidade firmado entre o governo acreano e a agência de publicidade Asa Comunicação.

De acordo com o jornal, nos últimos quatro anos o governo do Acre aumentou o valor de um contrato de publicidade de R\$ 4 milhões para R\$ 27,4 milhões, por meio de termos aditivos (instrumento que funciona como uma extensão do contrato, podendo alterar, criar ou extinguir uma ou algumas cláusulas contratuais, contanto que todos os que participaram do contrato concordem).

Na nota de esclarecimento, o governo acreano afirma "estranyar a abordagem política da matéria" e alega que o contrato

de publicidade foi executado de acordo com o orçamento do estado, foi aprovado anualmente pela Assembléia Legislativa e teve legalidade reconhecida pela Procuradoria Geral do Acre. A nota também informa que, de 2001 a 2005, o reajuste médio do contrato foi de 29% por ano, o que acompanhou o crescimento das atividades do estado, cujo orçamento passou de R\$ 890 milhões para R\$ 1,611 bilhão no mesmo período. O texto acrescenta que tal contrato viabiliza a produção e a veiculação da propaganda de todas as secretarias e órgãos do governo do Acre.

– Há mais de seis anos o governo do Acre mantém uma dura rotina de trabalho e esforços. Enfrentou a corrupção, resgatou a capacidade de ação do estado, reativou a economia local e mantém seus esforços focados na melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo dos mais pobres. E para isso nunca recorreu a atalhos – leu Tião Viana.



**ALERTA** Augusto Botelho diz que área contínua da Raposa Serra do Sol prejudica integração dos índios

## Demarcação foi equivocada, afirma Augusto

Ao destacar artigo do general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa intitulado “Desastrada decisão”, o senador Augusto Botelho (PDT-RR) voltou a criticar a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, homologada em 15 de abril. O decreto do Executivo delimitou essa região do estado de Roraima em 1.747.464 hectares de área contínua, para cerca de 16 mil indígenas.

– A equivocada decisão presidencial não levou em conta os aspectos estratégicos que envolvem a delicada e sensível fronteira brasileira-venezuelana-guianense, nem tampouco as peculiaridades muito especiais dos povos que, isolados, nela irão viver, assim como as sérias limitações impostas ao desenvolvimento de Roraima – assinalou o senador, baseando-se nas palavras do general Lessa.

### Retrocesso

Augusto afirmou que a demarcação “atenta contra o seu objetivo maior, que é alcançar a paz entre os índios e os não índios”. Com a adoção da área contínua, argumentou, a maioria dos habitantes da região – os povos macuxi e wapixana – vai sofrer sério retrocesso em seus processos de integração com a sociedade de não índios.

Ele disse acreditar que Lula foi muito mal assessorado, e atribuiu a decisão às pressões que o presidente teria recebido do movimento indigenista internacional, “encrostado na Funai (Fundação Nacional do Índio) e na Igreja Católica”.

Em apartes, os senadores roraimenses Mozarildo Cavalcanti (PTB) e Wirlande da Luz (PMDB) registraram que uma comissão da Casa havia preparado relatório com as informações sobre o assunto, sugerindo a Lula decisão em sentido contrário à que tomou.

# Viana: Brasil cumpre meta de combate à hanseníase

■ Senador ressalta a criação de força-tarefa, pelo Ministério da Saúde, para apoiar ações nos estados

Depois de receber correspondência do Ministério da Saúde afirmando a disposição do governo de não apenas cumprir a meta acertada com a Organização Mundial da Saúde (OMS), de reduzir a incidência de casos de hanseníase para um em cada 10 mil habitantes do Brasil, mas também de superá-la, o senador Tião Viana (PT-AC) reviu sua posição crítica, manifestada em pronunciamento que fez na semana passada.

– Da mesma forma que lamentei e mostrei minha aflição e expectativa frustrada com o suposto não-cumprimento da meta, assumo agora posição contrária, entendendo que o Ministério da Saúde vem cumprindo a sua parte. O que estiver ao meu alcance, e tenho certeza de que o que estiver ao alcance do Senado, será feito para estimular o cumprimento da meta acertada com a OMS.

Segundo a nota do Ministério da Saúde lida por Tião Viana, o Brasil deixou de ser o país com maior número de casos e maior taxa de prevalência da hanseníase. O comunicado explica que, após rigorosa revisão nos bancos de dados, feita



**ESFORÇO** Tião Viana registra correspondência em que o ministério informa que meta acertada com OMS será superada

em conjunto com a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) e a OMS, foi apurado que a taxa de prevalência da doença, em 2004, foi de 1,71 por 10 mil habitantes. Em 2003, esse número chegou a 4,72 por 10 mil habitantes.

### Força-tarefa

Tião Viana informou, baseado no documento do ministério, que foi constituída uma força-tarefa, composta por 35 técnicos, para apoiar os estados na eliminação da hanseníase como problema de saúde pública. Entre os objetivos dessa força-tarefa, estão a melhoria no padrão de análise da situação epidemiológica, a elaboração e implementação

de propostas adequadas a cada um dos municípios prioritários e o envolvimento dos gestores locais do sistema de saúde.

As áreas onde são detectados maiores problemas e, conseqüentemente, onde os esforços se concentrarão no segundo semestre, estão na região da Amazônia Legal. Segundo dado do Ministério da Saúde, nos últimos cinco anos mais de 20 mil casos de hanseníase foram diagnosticados em crianças, sem que medidas efetivas tivessem sido adotadas.

### Dengue

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), embora tenha elogiado a determinação do governo federal, informou que não recebeu nenhuma resposta sobre ofício que encaminhou ao ministro da Saúde, Humberto Costa, tratando de uma epidemia de dengue que está atingindo Boa Vista. Ele acrescentou ter enviado requerimento à Mesa do Senado pedindo explicações e providências ao ministro para a situação da capital de Roraima, que, na sua avaliação, “é gravíssima”. Viana prometeu interceder junto ao ministro em busca de solução para o problema.



**DECISÃO** Paim espera que proposta seja votada até 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra

que pedirá um parecer à consultoria do Senado sobre essa questão.

O parlamentar do Rio Grande do Sul destacou ainda a criação da Nova Central Sindical, que reúne diversas confederações de trabalhadores de todo o Brasil. Paim elogiou José Calixto Ramos, que preside essa central.



**TRIUNFO** Para Bornhausen, sentença do Supremo representa uma vitória dos partidos de oposição

## Bornhausen destaca decisão do STF contra MP

Jorge Bornhausen (PFL-SC) comemorou ontem “a vitória dos partidos de oposição” diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), na última sexta-feira, que acolheu voto favorável do ministro Marco Aurélio a ação direta de inconstitucionalidade (Adin) proposta pelo PFL e pelo PSDB contra a Medida Provisória 242. A proposição estabelecia mudanças nas regras para o pagamento e o recebimento do auxílio-doença.

Com a MP 242, o governo pretendia elevar de quatro para 12 meses o tempo mínimo que o trabalhador deveria contribuir antes de ter acesso ao benefício. A medida também fixava valor máximo para o auxílio-doença, que ficaria igual ao último salário de contribuição. Essas regras estavam em vigor desde a edição da MP, em março deste ano, mas agora deixarão de ser aplicadas.

– Assim, o STF afasta esse processo de perseguição e de falta de compreensão e humanidade produzidas pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com essa MP. E a oposição se manifesta porque sente que cumpriu seu dever junto aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores braçais – observou.

### Petistas

Em nome do PFL, o senador fez uma advertência ao presidente Lula, dizendo que ele deveria fazer um pronunciamento para distinguir a parcela sadia do seu partido dos integrantes que estão sendo objeto de inquérito na polícia e de investigações em comissões parlamentares de inquérito.

– Será que, para proteger Waldomiro Diniz e Delúbio Soares, esquece o presidente que existem inúmeros parlamentares do PT que são dignos e honestos?

# Alberto Silva: biodiesel deve beneficiar lavradores

■ Senador rejeita modelo do Proálcool, pois entende que grandes usinas exploram agricultor

A exploração do biodiesel deve beneficiar os pequenos lavradores, e não as grandes usinas. É o que pensa o senador Alberto Silva (PMDB-PI), que há anos defende o uso desse tipo de combustível, produzido a partir de óleos vegetais como mamona, dendê e babaçu. Ao se manifestar sobre o assunto, ontem, em Plenário, o parlamentar lamentou que uma grande usina de biodiesel em fase de construção, no Piauí, estaria atuando de forma contrária a esses princípios.

– Os lavradores não podem ficar à mercê de grandes usineiros, que utilizam grandes porções de terra para seus empreendimentos. Isso já ocorreu na época do Programa Nacional do Álcool (Proálcool): quem cortava a cana eram os bóias-frias, que ganhavam uma miséria. Depois, quando veio a mecanização, nem esse trabalho lhes restou – argumentou.

## Escravidão

Segundo o senador, a capacidade de produção da usina que estaria sendo instalada no Piauí é de 90 mil litros por dia.



J. Freitas  
**ESCRavidÃO** Alberto Silva: se for para agricultor ficar à mercê dos usineiros, melhor plantar mandioca

Ele informou que os contratos oferecidos pela empresa aos pequenos lavradores propõem o pagamento de 45 centavos por quilo de mamona, quando a produção individual for de 500 quilos por hectare. Esse preço subiria, “em doses homeopáticas”, conforme a produção aumentasse: se esta alcançasse 900 quilos, o rendimento iria a 70 centavos por quilo.

– Isso é solução para o trabalhador? É uma agressão. Se é para ser assim, é melhor o agricultor cultivar mandioca, milho e feijão, como já vinha fazendo. Se há recursos para construir essa usina, que não seja à custa da escravidão dos plantadores de mamona – declarou.

Para que o biodiesel seja uma forma de oferecer “trabalho

digno ao homem do campo”, Alberto Silva destacou que “é necessário organização”. Ele disse que os lavradores devem formar associações e, por meio destas, montar suas próprias usinas de beneficiamento (para transformação da baga da mamona, por exemplo, em óleo) e também as de biodiesel.

– No Piauí, já discutimos com o Banco do Nordeste sobre a possibilidade de empréstimos, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que viabilizem a construção dessas usinas para os agricultores – frisou.

## Usinas

O senador acrescentou que as usinas podem, inclusive, ser administradas por organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), e que em seu estado há um projeto nesses moldes.

Alberto Silva afirma que um lavrador pode obter renda mensal entre R\$ 700 e R\$ 800 com o plantio “consorciado” da mamona, uma das matérias-primas do biodiesel, e do feijão. Outra sugestão é aproveitar o pé de mamona para o fabrico de adubo orgânico, um complemento de renda para o agricultor. Há, segundo ele, pesquisas e tecnologia que permitem que isso seja feito “dentro da usina do lavrador”.



Roosevelt Pinheiro  
**DIREITO** Para Tourinho, a questão é de “justiça fiscal”, pois aposentados foram tributados duas vezes

## Tourinho quer isentar benefícios da Previdência

Projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) isenta de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) na fonte e na declaração de ajuste anual os benefícios recebidos de entidade de previdência privada, no período de janeiro de 1989 a dezembro de 1995. Sujeita a decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a proposta objetiva atender a pleito de aposentados que se consideram desrespeitados, em razão de terem sido tributados duas vezes.

Na justificativa do projeto

(PLS 120/05), Tourinho argumenta que a iniciativa envolve uma questão de justiça tributária, por ser incabível o Poder Público, “tão ávido por receitas tributárias”, conscientemente lesar o contribuinte ao tributar mais de uma vez uma mesma parcela de renda. Ele lembra que o Superior Tribunal de Justiça, em casos concretos, tem decidido a favor dos aposentados.

O texto muda a Lei 9.250/95, para estabelecer que são isentos “os benefícios recebidos de entidade de previdência privada, bem como as importâncias correspondentes ao resgate de contribuições, na proporção das contribuições suportadas pelo segurado, no período de 10 de janeiro de 1989 a 31 de dezembro de 1995”.

Rodolpho Tourinho explica que as importâncias pagas a planos foram, na maior parte do tempo, dedutíveis do IRPF. A tributação recaía apenas sobre a receita relativa à complementação da aposentadoria. Contudo, naquele período, houve mudança na metodologia, depois restabelecida pela Lei 9.250/95, com veto do governo justamente ao parágrafo que previa a isenção que o senador propõe restaurar.

## Internet pode mostrar contas de concessionárias

Projeto de lei do senador João Capiberibe (PSB-AP) determina a prestação de contas pelas empresas detentoras de outorga de serviços públicos em tempo real na Internet. A proposta (PLS 211/05) também exige que as concessionárias de rodovias disponibilizem na rede de computadores informações sobre a receita arrecadada com a cobrança de pedágios, além dos gastos empregados na manutenção e na execução de obras nas estradas.

A matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa. O projeto pode ser analisado também pela Comissão de Educação (CE), se acolhido requerimento do senador Hélio Costa (PMDB-MG) nesse sentido.

Na justificativa, Capiberibe explica que a Lei 8.987/95, que trata das concessões públicas, e a Lei 10.233/01, que dispõe



Roosevelt Pinheiro  
**CONTROLE** Capiberibe quer também obrigar demonstração de receitas de pedágios na rede de computadores

sobre a reestruturação dos transportes terrestres, já prevêem a publicação dos dados de gestão. A proposta do senador modifica essa legislação para tornar obrigatória a inclusão de tais informações na Internet.

– A Internet é uma das mais importantes aliadas da publicidade que deve imperar na gestão dos bens públicos. Estima-se que 20 milhões de brasileiros façam uso desse meio de comunicação – argumentou o parlamentar, explicando que os usuários da rede poderão se tornar fiscais dos serviços oferecidos pelas prestadoras de serviços públicos.

## Eduardo propõe manter licenciamento de usina

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) pediu à ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que interceda a fim de que não seja cumprida recomendação expedida pelo Ministério Público Federal (MPF) para que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) revogue a licença prévia que concedeu para o início da construção da Usina de Estreito, na divisa entre o Maranhão e o Tocantins. Ele lembrou que há mais de três anos a licença estava sendo aguardada.

– Caso o Ibama aceite a recomendação de cancelamento da licença prévia e exija a realização dos estudos solicitados, o início da obra seria adiado por



Mozarildo Cavalcanti  
**ALERTA** Obras vão ser adiadas por mais três anos se Ibama cumprir recomendação, afirma Eduardo

mais de três anos, pois algumas das exigências, como os programas de botos, pássaros e tartarugas, são totalmente acadêmicos e científicos, o que exigiria estudos de campo demorados – afirmou.

Conforme o senador, vários dos pedidos apresentados pelo Ministério Público já constam de uma ação civil pública que está *sub judice*. Nessa ação, observou Eduardo Siqueira Campos, o MPF já havia apontado os programas que deveriam ser complementares e o Ibama já teria aceitado o pedido.

Para o senador, diversos pedidos feitos pelo MPF são vagos e inconsistentes cientificamente, o que dificultaria inclusive uma análise do motivo e do objetivo da recomendação encaminhada ao Ibama. Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) disse que situação semelhante ocorreu com a obra do metrô de Teresina, parada há mais de um ano e meio.